BOLETIM ANARCO-SINDICALISTA

"Nós transportamos nos nossos corações um mundo novo"- Durruti

Associação Internacional dos Trabalhadores – Secção Portuguesa

N.º 22 **Fevereiro/Março 2007** Preço: € 0.50

Solidariedade com os trabalhadores da Mercadona (Barcelona)

Sindicalista da CNT-AIT agredido

Revolta social no México

Autoeuropa: exploração extra dos trabalhadores

Trabalho escravo no Paquistão

Trabalhadores da Autoeuropa pressionados para receber menos por horas extraordinárias

Segundo declarações do director-geral da Autoeuropa, esta empresa pretende reduzir o pagamento pelas horas de trabalho extraordinário na fábrica de Palmela. Como já seria de esperar, a Administração da empresa não será ficado satisfeita com as cedências já feitas pelos trabalhadores no anterior processo negocial, de que resultou um acordo para a redução do pagamento das horas extraordinárias de 200 para 125 por cento, em cinco sábados por ano. Este é apenas mais um caso que exemplifica como, de concessão em concessão, sob a chantagem de poderem perder o emprego por não serem "competitivos" e orientados por sindicatos reformistas e burocráticos, vão os trabalhadores sendo cada vez mais espremidos pelos capitalistas. No sistema capitalista o aumento do lucro é o objectivo primordial, de preferência às expensas dos trabalhadores, e para obtê-lo os gestores capitalistas recorrem a todos os ardis possíveis, sendo tantas vezes coadjuvados pelos burocratas capitulantes dos sindicatos reformistas… Que ganham os trabalhadores? Apenas os elogios hipócritas de políticos, gestores e demais profissionais da exploração que lhes gabam o "sentido de responsabilidade" e o "realismo"!?

Portugal Telecom vai despedir 2500 trabalhadores para aumentar lucros

A Portugal Telecom (PT) anunciou a intenção de despedir 2500 trabalhadores até ao fim de 2008, por meio de suspensão do contrato, pré-reforma ou rescisão. Sairão da empresa 500 trabalhadores em 2006 e mais mil em cada ano seguinte. Estes despedimentos parecem ter por objectivo o cumprimento da promessa de oferecer aos accionistas três mil milhões de euros em dividendos até 2008. Obviamente, e embora não o anunciem, a saída destes trabalhadores do quadro será provavelmente compensada com a utilização de contingentes de trabalhadores precários, mais baratos e facilmente dispensáveis, subcontratados a qualquer uma dessas empresas esclavagistas que por aqui vão proliferando.

Solidariedade com trabalhador argentino despedido

Segundo informação da F.O.R.A (Federación Obrera Regional Argentina – Secção Argentina da AIT) de 1 de Agosto, no passado dia 11 de Julho um trabalhador da Indústria do calçado que laborava na oficina Wlosko em San António de Pádua, Merlo, Argentina, foi despedido por reclamar a sua categoria correspondente, assim como a correcta liquidação do subsídio e o pagamento de todas as horas extras efectuadas.

Esta fábrica não escapa à realidade de todas as empresas de fabricação de calçado da zona, onde se trabalha 11 a 14 horas diárias e com um salário que varia entre os 0.80 centavos e os 3.90 pesos à hora. As caras sapatilhas Anca y Co, têm um preço que varia entre os 200 e os 400 pesos e são produzidas por estes trabalhadores cujos direitos são praticamente inexistentes.

Este trabalhador foi utilizado como bode expiatório pelo patrão, pois sempre procurou reivindicar os seus direitos e denunciar as injustiças sofridas por ele e pelos restantes trabalhadores e trabalhadoras.

Este trabalhador tem contado com o apoio da Sociedade de Resistência de Ofícios Vários de Morón, pertencente à anarco-sindicalista F.O.R.A, que se manifestaram à porta da oficina Wlosko, contra o despedimento e cujo pedido de difusão deste atropelo aos direitos dos trabalhadores conta com a nossa solidariedade.

Estudantes gregos ocupam universidades em protesto contra reformas neoliberais

Nos últimos meses, a Grécia tem sido o palco de uma forte agitação social protagonizada pelos estudantes universitários em luta contra novos projectos de lei que pretendem introduzir reformas neoliberais no sistema educativo. Segundo informações do Movimento Antiautoritário de Salónica (www.resistance2003.gr), em Maio e Junho deste ano, mais de 420 faculdades de um total de 456 foram ocupadas pelos estudantes. Realizaram-se assembleias-gerais de estudantes bastante participadas e manifestações todas as semanas.

Estudantes anarquistas gregos respondem adequadamente à repressão policial.

O movimento estudantil, na sua maioria independente dos partidos políticos e baseado em formas de "democracia directa", procura derrotar leis anteriores, como as que regulamentaram a avaliação das universidades pretendendo transformá-las em empresas que competem entre si por financiamentos públicos e privados, e novas normas baseadas nas directivas do Tratado e do Processo de Bolonha, que se destinam à assimilação do sistema educativo no capitalismo global. As leis mais contestadas visam estabelecer um prazo de dois anos para a conclusão de um curso para além da sua duração normal, trazendo obstáculos aos estudantes trabalhadores, assim como abolir a gratuitidade do material educativo e acabar com o estatuto de "Asilo Universitário", que foi conquistado pelas lutas estudantis do tempo da Ditadura e consiste na proibição de entrada de qualquer força repressiva pública ou privada nas instalações das universidades, de forma a garantir a liberdade de educação e de pensamento. As novas iniciativas legislativas pretendem também iniciar a privatização das universidades (na Grécia não existem estabelecimentos universitários privados) e a sua direcção por gestores capitalistas que controlem a sua economia e articulem os departamentos com as empresas multinacionais.

O Governo respondeu aos protestos estudantis com a repressão policial e, visto que tal método não enfraqueceu o ânimo do movimento, esgrime agora argumentos de que é necessário "diálogo", adiando a votação das novas leis pelo menos até ao fim do Verão. Perante esta nova estratégia de "arrefecimento" dos protestos estudantis, o movimento estudantil procurou unir as suas reivindicações às da classe trabalhadora e enveredou por um grande protesto contra a "Cimeira dos Ministros da Educação da OCDE", realizada em Atenas em 27 e 28 de Junho. O Movimento Antiautoritário de Salónica apelou à criação de um grande movimento europeu de solidariedade com a luta dos estudantes gregos e de luta "contra o assalto neoliberal do capitalismo global à educação" e pela "abolição total do Tratado de Bolonha e das leis por este inspiradas", alargando a outros países as lutas que já tiveram lugar na Grécia, Itália, França e Alemanha.

**ORGANIZA-TE
E
RESISTE**

Anarco sindicalismo uma ferramenta de luta ★ Solidariedade Internacional

Solidariedade com os grevistas da Mercadona (Barcelona), em greve há mais de seis meses!

Reintegração plena dos 6 trabalhadores despedidos!

Conforme já informámos no nº anterior do *Boletim Anarco-Sindicalista*, a greve no centro logístico da Mercadona - cadeia espanhola de supermercados -, em Sant Sadurní d'Anoiateve (Barcelona), foi declarada como resposta ao despedimento de **três trabalhadores** da secção sindical da CNT-AIT (Confederação Nacional do Trabalho – organização anarco-sindicalista e secção espanhola da Associação Internacional dos Trabalhadores) na empresa, dado que estes sempre denunciaram as condições de trabalho e o ambiente repressivo em que se trabalha na Mercadona. A administração da empresa imaginou que, desta forma, dificultaria a acção sindical da CNT-AIT, sobretudo entre os trabalhadores imigrantes. De facto, desde que a administração da Mercadona foi informada pela CNT-AIT da criação da sua secção sindical, aumentou a perseguição e intimidação, por todos os meios, dos trabalhadores da empresa, em particular dos militantes da CNT-AIT. A greve foi convocada por 10 dias, tendo-se entretanto transformado em **greve indefinida**. Note-se que estes três despedimentos foram já considerados **sem justa causa** pelos tribunais de trabalho. Em 28 de Setembro, a Mercadona despediu **mais dois trabalhadores**, membros do Comité de Greve e da secção sindical da CNT-AIT e, em 10 de Outubro, **novo despedimento de mais um grevista**. As exigências dos trabalhadores da Mercadona são:

- Readmissão dos 6 trabalhadores despedidos;
- Pagamento da meia hora de descanso, que deixou de contar para efeitos de contagem de tempo efectivo;
- Cumprimento das normas de segurança e higiene no trabalho;
- Fim das perseguições e intimidações dos trabalhadores;
- Reconhecimento da CNT-AIT, assim como dos seus delegados;
- Introdução de uma cláusula de garantia de trabalho (em caso de despedimento julgado sem justa causa, ser o trabalhador a decidir se regressa ou não ao seu posto de trabalho).

A greve indefinida iniciou-se em **23 de Março**, prosseguindo em condições muito duras, já que a Mercadona, rede de supermercados com lojas em toda a Espanha, trouxe fura-greves para substituir trabalhadores grevistas. De início, a Mercadona impediu a entrada do Comité de Greve nas instalações da empresa, porém acabou por ser forçada a deixar entrar o Comité de Greve acompanhado pela Inspecção do Trabalho. As autoridades locais e a polícia tentaram impedir a realização de manifestações dos trabalhadores grevistas. Como estas manobras não funcionaram, a Mercadona tentou comprar o despedimento dos trabalhadores a troco de 300 mil euros, o que estes prontamente recusaram.

Em 18 de Setembro, após quase **seis meses** de greve total, os trabalhadores decidiram passar a **greve parcial indefinida** (24 horas de greve todas as quintas-feiras), conseguindo, com esta nova estratégia, que mais trabalhadores aderissem à greve.

A CNT-AIT, com o apoio de organizações e indivíduos solidários do mundo inteiro, tem feito tudo o que é possível para apoiar a greve, nomeadamente para garantir que os trabalhadores e suas famílias não necessitem de passar fome para manter esta greve, que prevê que se possa prolongar ainda mais. A CNT-AIT **apela à solidariedade internacionalista com os trabalhadores da Mercadona**, através de contribuições para a **Caixa de Resistência** e através de **actos de protesto e solidariedade** junto das Embaixadas e Consulados espanhóis.

Nº de conta bancária da Caixa de Resistência:

2100 (La Caixa) - 1183 - 35 - 0100505773

EUROPA: IBAN: ES08 2100 1183 3501 0050 5773

RESTO DO MUNDO: BIC (Swift): CAIXESBBXXX 2100 1183 3501 0050 5773

Mensagens de solidariedade poderão ser enviadas para a Federação Local da CNT-AIT de Barcelona, para o seguinte endereço: sov@barcelona.cnt.es

Da mesma forma, é importante enviar cartas de protesto contra a actuação da Mercadona e de apoio aos seus trabalhadores para:

Mercadona, S.A.
CIF:A-46-103834
C/ Valencia, nº 5
Tavernes Blanques
VALENCIA - C.P.46016
ESPANHA

(mais informação em: http://barcelona.cnt.es)

Espancamento brutal de um membro do comité de greve da Mercadona

J. C., militante da CNT-AIT e membro do Comité de Greve de Mercadona, foi abordado, em 28 de Setembro, cerca da meia-noite e perto da sua casa, por um grupo de cinco indivíduos que, após lhe terem dito "Então és grevista da Mercadona?" o espancaram cobardemente, aos gritos de "Isto é pela Mercadona", até o abandonarem estendido no chão, sangrando e inconsciente. O nosso companheiro foi recolhido por uma ambulância, que se presume terá sido chamada por moradores da zona, e tratado, na Cruz Vermelha, a traumatismos cranianos, contusões na omoplata esquerda e na cara e ferimentos vários.

Apesar de todas as pressões a que os trabalhadores da Mercadona têm sido sujeitos (tentativas de impedimento das suas manifestações em Barcelona, utilização de fura-greves para substituição dos trabalhadores grevistas, não reconhecimento da secção sindical da CNT-AIT na empresa nem do Comité de Greve, tentativa de compra dos grevistas por 300.000 euros, repetidos contactos individuais, quer com grevistas, quer com outros trabalhadores considerados indesejáveis, para as chamadas rescisões amigáveis de contrato, etc), a que se soma esta cobarde agressão do nosso companheiro, o ânimo de continuação da greve até à satisfação das reivindicações dos trabalhadores da Mercadona não se tem esmorecido, antes pelo contrário.

De facto, a CNT-AIT, organização sindical anarco-sindicalista, recusar-se-á sempre a trocar os direitos dos trabalhadores e a sua dignidade enquanto produtores e enquanto pessoas por quaisquer hipotéticas "vantagens", pecuniárias ou outras, quer para os trabalhadores, quer para si própria. Fiel aos seus princípios de sempre, a CNT-AIT continuará a defender a prática da acção directa, isto é, sem quaisquer intermediários, entre os trabalhadores e aqueles que directamente os exploram e oprimem e, portanto, continuará a recusar a participação nas eleições para os comités de empresa e a participação na chamada concertação social, que mais não são do que meios de atrelar os trabalhadores e as suas organizações ao carro do Estado e do Capital.

SOLIDARIEDADE COM OS GREVISTAS DA MERCADONA! SOLIDARIEDADE COM A CNT-AIT!

Trabalhadores da indústria de tijolos do Paquistão escravizados

No Paquistão milhares de trabalhadores das indústrias de fabrico de tijolos de forno são retidos, todos os anos contra a sua vontade nas fábricas onde trabalham. Esta é uma prática usual por parte do patronato que todos os anos, obriga os trabalhadores ao pagamento de avanços do seu ordenado (chamados *peshgi*) e ainda os mantém presos nas fábricas nos períodos que deveriam ser de descanso, inclusive nas férias. Os trabalhadores são ainda obrigados a pedir dinheiro emprestado para poderem comer, já que os capatazes não lhes fornecem comida.

Esta indústria tem-se mantido de geração em geração com práticas esclavagistas e sem reconhecimento de qualquer direitos aos trabalhadores, já de si pobres e desprotegidos.

O governo paquistanês, em 1992, aprovou uma lei chamada *Bonded Labour Abolition Act,* que visava a abolição do trabalho forçado no Paquistão. Contudo, em 2006 ainda se mantêm estas práticas, forçando o próprio povo a um trabalho sem qualquer tipo de dignidade e inferiorizado devido a uma sociedade altamente desigual.

Plenária e Congresso da AIT

A Plenária da Associação Internacional dos Trabalhadores decorreu nos dias 4 e 5 de Março de 2006, na cidade de Praga, na República Checa.

A reunião foi dinâmica, as secções representadas pelos seus delegados debateram questões sobre o flagelo da guerra e do trabalho precário.

A secção responsável pela organização da plenária facultou total apoio aos delegados das diferentes secções presentes.

Em Praga, pode verificar-se que o imperialismo soviético também poupou umas quantas catedrais e igrejas. Será que no fundo também gostavam do ópio que é a religião? Contudo, Praga já tem novas catedrais do capitalismo e em grande expansão.

Nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro de 2006 foi a vez de a Solidarity Federation, a secção inglesa da AIT, receber o XXIIIº Congresso da nossa internacional, realizado em Manchester. Delegados de organizações anarco-sindicalistas de mais de uma dezena de países debateram uma agenda muito preenchida, abordando desde aspectos organizativos e doutrinários até formas de relançar o anarco-sindicalismo e iniciativas de luta revolucionária. Já para este ano de 2007 foi decidida a realização de uma nova campanha de luta contra as empresas de trabalho temporário nas últimas semanas de Abril e até ao 1º de Maio.

A Secção Portuguesa da AIT participou em ambas as reuniões internacionais com a presença de um delegado.

Tudo cada vez pior para os trabalhadores...

(retirado do jornal Público – 14/07/2006)

Portugal tem o salário mínimo mais baixo da antiga União Europeia (com 15 países), quer em valores nominais quer em termos de poder de compra, segundo um estudo do Eurostat. O salário mínimo nacional é de 385,9 euros (437 euros no estudo do Eurostat, porque acrescido do 13º e do 14º mês). Oficialmente, esta remuneração é auferida por 5,5 por cento dos trabalhadores portugueses.

Talvez também por isto, Portugal continue a ser um país de emigrantes. Só em 2005, mais de 100 mil portugueses partiram para outros países em busca de um trabalho melhor. O Reino Unido lidera a lista dos destinos, mas só em Espanha trabalharão 80 mil portugueses, sobretudo na construção civil, segundo o Instituto Nacional de Estatística espanhol, e muitos mais serão, certamente, os que estão fora das estatísticas.

O recurso ao trabalho temporário é uma prática cada vez mais generalizada entre as empresas portuguesas, sobretudo as de maior dimensão. Sete em cada dez empresas recorrem ao trabalho temporário. A construção civil é o sector que mais utiliza trabalho temporário, constituindo este 72 por cento da sua força de trabalho, seguindo-se a logística, com 70 por cento, a indústria, com 65 por cento e os serviços, com 56 por cento (*Público*, 20/07/2006).

No entanto, a delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI), de visita a Lisboa em Julho, não deixou de referir a necessidade de (ainda) mais flexibilidade laboral em Portugal. Também a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apontou, no seu relatório anual divulgado em Junho, ser necessária a "remoção de barreiras no mercado laboral", nomeadamente a "redução dos obstáculos à procura de trabalho", ou seja, que os desempregados sejam forçados a procurar emprego "de forma activa (…) sob pena de redução de benefícios". Parece que, para além da extensão da precariedade laboral a todos os trabalhadores, os centros do capitalismo internacional ainda querem impor aos desempregados a militarização do trabalho…

... Mas não para os capitalistas!

Enquanto a grande massa dos trabalhadores se vai vendo numa situação cada vez mais instável e precária, vendo os seu desejos e aspirações "flexibilizados" ao ritmo das "necessidades do mercado", certos indivíduos parecem não necessitar de "apertar o cinto" ou de emigrar. A revista *Visão* acaba de anunciar que as cem maiores fortunas portuguesas aumentaram 13 por cento em relação ao ano passado! Entre os capitalistas mais ricos de Portugal encontram-se: Belmiro de Azevedo, com uma fortuna de 1779 milhões de euros (cerca de 356 milhões de contos); Américo Amorim, com 1542 milhões de euros; José de Melo, com 1141 milhões de euros; Horácio Roque, com 871 milhões de euros; Patrick Monteiro de Barros, com 655 milhões de euros; ou João Pereira Coutinho, com 650 milhões de euros.

De resto, o capital financeiro regista mais um excelente semestre de negócios. Vejamos então, no primeiro semestre de 2006: o Banco Comercial Português (BCP) alcançou um lucro de 395,8 milhões de euros (cerca de 79 milhões de contos), mais 31 por cento do que no mesmo período do ano transacto; a Caixa Geral de Depósitos obteve lucros de 388,6 milhões de euros, mais 27, 2 por cento que no ano passado; o Santander Totta registou lucros de 211,5 milhões de euros, mais 25,4 por cento que no ano anterior; o Banco Espírito Santo (BES) apresentou lucros de 200,7 milhões de euros, mais 34,7 por cento do que no primeiro semestre de 2005; o Banco Português de Investimento (BPI) alcançou 148,6 milhões de euros de lucros, ou seja, um acréscimo de 39,1 por cento; e o Banco Internacional do Funchal (Banif) registou resultados líquidos de 37,3 milhões de euros, mais 30,8 por cento.

Como estes dados revelam, ao contrário do que nos tentam vender os propagandistas da "unidade nacional" e dos sacrifícios pró-pátria, existem dois países bem distintos e inconciliáveis em Portugal (como, aliás, em todas as regiões do mundo): o dos que exploram o trabalho de outros e o daqueles que são explorados. Cabe então aos trabalhadores deixarem de aceitar sacrifícios em prol da "retoma" e retomar a luta pela efectiva igualdade social, impossível de atingir sob o duplo domínio do Estado e do capitalismo.

Directiva Bolkestein
Directiva do Capital

Este é um tema que sem dúvida carece que o discutamos, quer por ser um ataque directo do capitalismo aos trabalhadores e trabalhadoras, quer pela importância de nos mantermos atentos a estas tentativas de retirar direitos, muitas vezes esquecidos e ignorados, por parte da União Europeia e da classe empresarial.

A Directiva sobre Serviços no Mercado Interno, também conhecida como Directiva Bolkestein, tem como objectivo abolir as fronteiras no que respeita à prestação de serviços entre estados membros e esta directiva é principalmente criticada pelo seu "princípio do país de origem". O que significa isto? Significa que as empresas registadas em qualquer Estado membro da UE poderiam operar em qualquer Estado da mesma, mas igualmente empregar trabalhadores/as para prestar esses serviços permanecendo sujeitos às leis do país em que estiverem registadas essas empresas. Ora, esta atitude torna-se uma preocupação devido à capacidade do capital de pressionar a legislação laboral e ambiental de alguns países possibilitando um aproveitamento das mesmas, o que iniciaria deste modo uma caminhada para um mundo mais injusto do que ele já é!

Esta situação não é de estranhar, a UE está longe de ser um exemplo de democracia devido ao peso que os países mais ricos possuem na sua manobra. As realidades económicas, sociais e políticas são as da globalização (desigualdade e injustiça social) e nem o Estado, nem os sindicatos reformistas possuem capacidade de inverter os resultados.

A Agenda de Lisboa é um plano que vem afectando a força de trabalho dentro da UE desde há algum tempo e alguns sectores dos movimentos sociais de esquerda aplaudiram esta directiva. E isso deveu-se à capacidade de sedução do capitalismo e da sua forma de apresentar a necessidade de flexibilização do trabalho como garante da "paz social", o que significa que negociarão lentamente as nossas condições de trabalho com as burocracias sindicais até nos conduzir à competitividade global pela sobrevivência.

Foi com a adopção do Registo de Empresa Europeu (SE) em 2004, que o Capitalismo indicou um dos objectivos que vem procurando desde pelo menos há 30 anos: a capacidade de estabelecimento de uma empresa que esteja vinculada juridicamente ao seu país de origem, ou seja sem estar submetida às leis dos países em que vão operar, ou seja o objectivo principal desta directiva. A forma actual de estabelecimento (não baseada no país de origem) não propícia uma maior exploração dos trabalhadores/as, porque, por exemplo em Portugal, existe a lei do salário mínimo, o que impede a retirada de diversos tipos de vantagens por parte dos empresários.

A retórica dos capitalistas apoiantes da Directiva firma-se na necessidade da UE em harmonizar certos "serviços e interesses estratégicos". Esses "interesses estratégicos" são naturalmente os seus interesses, como a liquidação de dívidas ou a homologação da contabilidade, entre outros. A verdade contudo é que a utilização de parâmetros altos em alguns países, leva necessariamente à descida desses mesmos parâmetros em outros, normalmente mais pobres.

Esta Directiva leva apenas a uma conclusão: que os interesses dos capitalistas e do povo trabalhador estarão sempre em rota de colisão. E nestes jogos de poder, a acção directa e a união dos trabalhadores e trabalhadoras não devem ser meras palavras vãs. Não devemos ficar retidos no proteccionismo do Estado e atados aos sindicatos reformistas, são os nossos direitos que estão em jogo e é necessário que nos unamos contra esta Directiva, procurando analisá-la, criticá-la e debatê-la fora dos órgãos do poder para que estejamos informados do que o patronato e os políticos andam a atentar contra os nossos direitos. Não podemos continuar a ignorar a destruição das nossas condições de trabalho, da nossa saúde e das nossas vidas. Este é um ponto de vista revolucionário ainda que muitos achem a destruição do capitalismo uma miragem, mas é essa perspectiva que continua a fornecer mecanismos válidos de defesa e de informação contra os ataques constantes aos nossos direitos.

Nota: No passado dia 29 de Maio, os governos da UE chegaram a um acordo político sobre esta Directiva, que foi juridicamente formalizada em Junho e que seguiu para o Parlamento Europeu que terá de a aprovar até ao fim deste ano. As novas regras contudo só começarão a ser implementadas daqui a 2 / 3 anos.

Dos diversos pontos desta Directiva do Capital, podem-se salientar a possibilidade de qualquer prestador de serviços legalmente estabelecido num Estado-Membro, exercer a sua actividade em qualquer ponto da UE e a garantia que a prestação de serviços seja feita sem discriminações, com excepção dos serviços públicos ou dos económicos de interesse geral. Ou seja, isto é claramente o início da liberalização total e selvagem das prestações de serviços e uma porta aberta para a impunidade das empresas na sua senda exploratória. Ainda que o principal ponto apoiado pelos capitalistas europeus (o do princípio de origem) não tenha passado, não devemos nos descuidar e enquanto trabalhadores e trabalhadoras continuarmos a informar-nos e a denunciar qualquer abuso do patronato ou do Estado aos nossos direitos.

António Marques

Repressão contra revolta social no México

No dia 14 de Junho o governo Mexicano ordenou um ataque policial ao acampamento de professores e alunos em Oaxaca, México, que resultou na morte de 3 alunos e 5 professores, além de mais de 106 intoxicados e feridos.

O ataque ordenado pelo governador de Oaxaca, Ulises Ruiz, com a autorização do presidente Vicente Fox, visava retirar os professores, assim como crianças e os seus pais, do acampamento instalado na praça principal de Oaxaca, onde os mesmos se encontravam em protesto contra diversos problemas de ensino.

Este é um problema que já se vem arrastando desde Maio quando mais de 70.000 professores do ensino público, do estado mexicano de Oaxaca, entraram em greve na altura das paralisações anuais para renegociações salariais. Estes conseguiram com os seus protestos uma mobilização em larga escala que culminaria na criação da APPO (Assamblea Popular del Pueblo de Oaxaca). Já no dia 2 de Junho milhares de estudantes, assim como os seus pais e outras pessoas solidárias com o movimento tinham-se juntado numa marcha que teve bastante eco no país. A repressão tem no entanto se mantido com a polícia a efectuar detenções e ataques durante as iniciativas da população. Um desses ataques teve lugar durante a manifestação efectuada pela APPO, que resultou na morte de um professor e de dois feridos. A manifestação tinha como objectivo reinvindicar a libertação de dois dos seus dirigentes.

No último mês a população ocupou 10 estações de rádio, além da sede do governo e a Assembleia Legislativa assim como diversos prédios públicos, com o objectivo de informar a população da repressão e da miséria que se vive no país. O governo encontra-se agora em sedes provisórias. Estas ocupações levaram a que a 24 deste mês, quatro camionetas com paramilitares e polícias à paisana e fortemente armados, atacassem um grupo de pessoas pertencentes à APPO que se encontravam a guardar as antenas transmissoras da rádio popular e do Canal 9, o que resultou na destruição do equipamento e de diversos feridos, entre eles um professor de 56 anos de idade que foi baleado numa perna.

O Estado de Oaxaca é o segundo mais pobre de todo o país, 20% da população é indígena e 80% dessa população baseia a sua sobrevivência na agricultura de subsistência.

São largos os sectores da sociedade mexicana que reclamam e lutam por melhorias nas suas condições de vida, desde os que lutam por salários, pela defesa do património cultural, por serviços básicos para as comunidades indígenas mais marginalizadas, até aqueles que exigem a libertação dos presos e o término do assassinato de lutadores sociais.

Toda a correspondência para o Boletim Anarco-Sindicalista deve ser enviada para:
Apartado 50029 / 1701 - 001 Lisboa / Portugal
E-mail: aitport@yahoo.com

Director e proprietário: Paulo da Mota Capitão Ferreira
Sede legal: R. Cândido dos Reis, n.º 121, 1.º dt.º; Cacilhas
Tiragem: 200 exemplares
N.º de registo da publicação: 121176